

## ANEXO I

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

1 — Jacques Marques da Silva, com o n.º de documento de identificação 10481122, e residente em rua do Casalinho, 3100 – 012 Abiúl do concelho de Pombal, na qualidade de representante legal de **JOAQUIM RODRIGUES DA SILVA & FILHOS Lda.**, número de identificação fiscal 501583173 e sede em Milhariças, freguesia de Abiúl do concelho de Pombal, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **Rede saneamento doméstico de Assanha da Paz, e Barros da Paz e zona envolvente – Proc. n.º 21/2020** e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

a)

- Proposta;
- Nota Justificativa do Preço Proposto;
- Lista de Preços Unitários;
- Lista de Preços Unitários Resumo;
- Plano de Trabalhos (inclui plano de mão de obra, de equipamentos e plano de pagamentos);

b)

- Declaração de Subcategorias;
- Declaração de Subempreitada;
- Declaração de Subempreiteiro;
- Declaração de Suprimentos de Erros e Omissões;
- Declaração do Prazo;
- Memória Descritiva;
- Certidão Comercial;
- Cópia de Alvarás.

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Pombal, 22 de maio de 2020



**JRSF**  
Joaquim Rodrigues da Silva e Filhos, Lda.  
CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS  
A Gerência